

Aviso de Privacidade

Por que preciso ler isso?

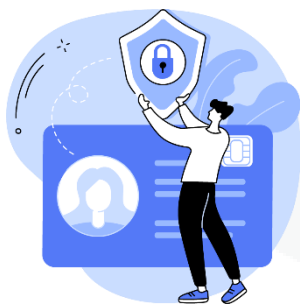
O Colégio Dom Aguirre trata dados pessoais de alunos, pais, responsáveis legais, candidatos a alunos, visitantes, colaboradores, professores, prestadores de serviço e demais pessoas que se relacionam com a instituição.

O Colégio Dom Aguirre trata dados pessoais de alunos, pais, responsáveis legais, candidatos a alunos, visitantes, colaboradores, professores, prestadores de serviço e demais pessoas que se relacionam com a instituição.



Por se tratar de uma instituição de ensino, o Colégio poderá tratar dados pessoais de crianças e adolescentes, sempre observando o melhor interesse do aluno, a legislação aplicável e as medidas necessárias para proteção da sua privacidade.

A navegação na internet, o uso de redes sociais, de aplicativos de celular, dentre outras atividades do seu dia a dia geram dados que permitem conhecer:



sua identidade



seus hábitos de consumo



seus hábitos de deslocamento



sua preferência religiosa

A partir disso, fica fácil compreender que o uso mal intencionado desses dados pode criar muitos problemas, como ocorre com os conhecidos golpes de boletos bancários, fraudes em contas de aplicativos, abertura indevida de contas bancárias e consumo indevido.

As empresas são obrigadas a disponibilizar o “Aviso de Privacidade” para que você conheça os potenciais riscos a que estará exposto se escolher compartilhar seus dados.

1. O compromisso que estabelecemos com você

É de extrema importância o seu direito à privacidade e à proteção de dados, reconhecidos como direitos fundamentais pela Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, **valores inegociáveis e considerados essenciais em nossa atuação**.

O Colégio Dom Aguirre, com a finalidade de oferecer o melhor serviço, produto e/ou experiência para você, sempre tratará seus dados pessoais em estrita observância da lei e das boas práticas de segurança da informação.

Para que isso seja possível, contamos com um programa de privacidade e governança de dados, contínuo e permanente, gerenciado por um Comitê de Proteção de Dados, apoiado pelo Encarregado de Proteção de Dados (DPO), que é o elo entre o Colégio, você e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Temos um canal para se manifestar em exercício de seus direitos

Em caso de discordância sobre os termos desse aviso ou sobre tratamento de seus dados, disponibilizamos nosso canal de privacidade através do e-mail cpd@fda.com.br, para que possa exercer seus direitos.

Informações sobre a Controladora e nossa Encarregada de Dados

CONTROLADORA DE DADOS

COLÉGIO DOM AGUIRRE

CNPJ: 71.487.094/0001-13

ENDEREÇO: Avenida General

Osório, 215 - Sorocaba/SP - CEP

18060-501

TELEFONE: +55 15 21012000

E-mail: cpd@fda.com.br

ENCARREGADO(DPO)

COLÉGIO DOM AGUIRRE

SEUSDADOS CONSULTORIA EM GESTÃO
DE DADOS LTDA

CNPJ: 33.899.116/0001-63

TELEFONE: +55 11 40405552

E-mail: dpo@seusdados.com

RESPONSÁVEL: MARCELO FATTORI

2. Você deve saber que

Esse aviso de privacidade se aplica a titularidades de dados pessoais que interajam com o Colégio e que tenha contato com nosso:



aplicativo



site



estabelecimento físico



Ainda, qualquer vínculo que venha a ser estabelecido entre **você** e o Colégio Dom Aguirre, que possam implicar em utilização dos seus dados, poderão ser conhecidos nesse aviso de privacidade.

Exceções:

Este aviso **não se aplica** às atividades realizadas em sites de terceiros e mídias sociais que você acesse ou seja redirecionado a partir do nosso site, como anúncios, propagandas ou buscadores.

3. O que é tratamento de dados pessoais?

Toda ação realizada com informações que identifiquem alguém, independente do meio utilizado (digital ou físico), desde o mero ato de acessar/receber até a sua eliminação é considerado um tratamento de dados pessoais. **Alguns exemplos comuns:**



coleta



acesso



armazenamento



eliminação

4. Regras no tratamento de seus dados pessoais

Qualquer tratamento de dados pessoais segue as regras estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que são cumpridas integralmente pela Fundação Dom Aguirre:

- (i) Coleta somente dos dados pessoais necessários para as finalidades informadas ao titular de dados antes da coleta;
- (ii) Acesso gratuito e facilitado ao nosso canal cpd@fda.com.br, para tirar dúvidas e exercer seus direitos;
- (iii) Conservação dos dados pessoais coletados sempre atualizados e armazenados em local protegido, com medidas de segurança adequadas.

5. Saiba quais dos seus dados serão tratados

Dados de identificação, localização e contato

Dados pessoais comuns tratados:

1) Dados de identificação do

o Aluno:

nome, ra, data de nascimento, naturalidade, sexo, cor/raça, pessoa com deficiência, end. residencial, bairro, cidade, cep, estado, país, pai, mãe.

2) Dados dos pais ou responsáveis

Legais: nome, e-mail, rg, cpf, parentesco, endereço, nº bairro, cidade, cep, estado, país, telefones.

3) Dados de Acesso: Login e senha, registros de acesso, credenciais e dados de uso de sistemas escolares.

4) Dados Financeiros: Informações necessárias para faturamento, cobrança, boletos, pagamentos e regularidade financeira

5) Dados de interessados e

visitantes: Nome, telefone, e-mail, cpf

6) Dados de professores e

colaboradores, quando aplicável ao uso dos sistemas: Nome, login,

senha, dados funcionais e registros de acesso, documentos de formação: históricos e diplomas.

7) Dados de estagiários e

Profissionais para acompanhamento terapêutico (no espaço do Colégio):

cpf, registro do conselho da classe (profissional), nome completo, data de nascimento.

Finalidades de tratamento:

1) Matrícula, rematrícula, identificação do aluno, gestão acadêmica, emissão de documentos escolares e cumprimento de obrigações educacionais.

2) Gestão da relação contratual, comunicação escolar, cobrança, autorizações, atendimento e exercício de direitos.

3) Acesso a aplicativos, portais, diário eletrônico, boletos, horários, notas, conteúdos pedagógicos e serviços digitais.

4) Gestão contratual, emissão de cobranças, controle financeiro e cumprimento de obrigações fiscais.

5) Atendimento, contato, agendamento de visitas, resposta a solicitações e processo de admissão escolar. Interesse em matrícula e agendamento de visita e informações fornecidas em formulários.

6) Acesso a sistemas acadêmicos, diário eletrônico, lançamento de notas, controle pedagógico e gestão administrativa

7) Acompanhamento dos alunos de inclusão por profissionais externos contratados pelos responsáveis.

Hipóteses legais de tratamento:

1) Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal ou regulatória; legítimo interesse, quando aplicável.

2) Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal; legítimo interesse.

3) Execução de contrato; legítimo interesse; prevenção à fraude e segurança.

4) Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

5) Procedimentos preliminares relacionados a contrato; legítimo interesse; consentimento, quando aplicável.

6) Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal; legítimo interesse

7) Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal; legítimo interesse

Dados pessoais sensíveis

A seguir, temos hipóteses de tratamento de informações a seu respeito que **representam maior possibilidade de exposição da sua privacidade** (exemplos: origem racial ou étnica, vida e orientação sexual, dados de saúde, dado genético).

Dados pessoais sensíveis:

- 1) **Dados de saúde:** Laudos, informações médicas, alergias, restrições, necessidades específicas, informações para inclusão ou atendimento especializado
- 2) **Dados biométricos/foto:** Foto, imagem ou biometria utilizadas para identificação ou controle de acesso.
- 3) **Dados de origem racial ou étnica/cor-raça:** Informação declarada em matrícula ou cadastro escolar.
- 4) **Dados relativos à inclusão, deficiência ou necessidades educacionais específicas:** Informações sobre deficiência, necessidades de apoio, adaptações pedagógicas ou acompanhamento especializado.

Finalidades de tratamento:

- 1) Proteção da vida e da saúde do aluno, atendimento adequado, inclusão educacional, adaptação pedagógica, segurança e cumprimento de obrigações legais.
- 2) Identificação do aluno, segurança, controle de entrada e saída, prevenção de acesso indevido e proteção do ambiente escolar.
- 3) Atendimento a obrigações legais e estatísticas educacionais, inclusive Censo Escolar, quando aplicável.
- 4) Garantia de acessibilidade, inclusão, atendimento pedagógico adequado e cumprimento da legislação educacional.

Hipóteses legais de tratamento:

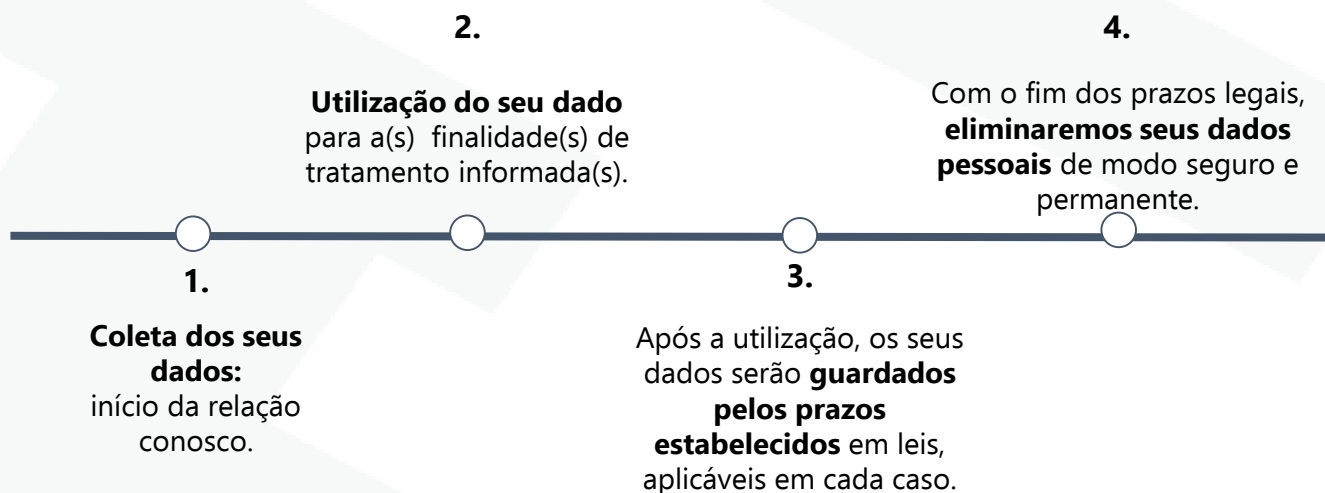
- 1) Art. 11, II, “a”, da LGPD — cumprimento de obrigação legal ou regulatória; Art. 11, II, “e” — exercício regular de direitos; Art. 11, II, “f” — proteção da vida ou da incolumidade física; Art. 11, II, “g” — tutela da saúde, quando aplicável.
- 2) Art. 11, II, “g”, da LGPD, quando aplicável; legítimo interesse para dados não sensíveis de imagem; consentimento específico, quando exigido.
- 3) Art. 11, II, “a”, da LGPD — cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- 4) Art. 11, II, “a”, “e”, “f” ou “g”, conforme a finalidade concreta.

Quando o tratamento envolver dados pessoais de crianças e adolescentes, o Colégio Dom Aguirre observará o princípio do melhor interesse, adotando medidas de transparência, segurança e minimização de dados. No caso de crianças, quando a base legal aplicável for o consentimento, este será solicitado de forma específica e em destaque de pelo menos um dos pais ou responsável legal, conforme a LGPD.

6. Armazenamento dos dados pessoais

Seus dados pessoais serão armazenados, preferencialmente, dentro do território nacional. As exceções podem ser conferidas no capítulo das “transferências internacionais de dados”.

O gráfico abaixo esclarece como ocorre **o ciclo de vida do dado pessoal**:



A retenção dos seus dados pessoais obedecerão as bases legais permitidas pela LGPD, podendo ser consultado informações sobre a hipótese aplicada em nosso canal de contato.

7. Com quem podemos compartilhar os seus dados

Durante sua experiência conosco, **poderemos compartilhar dados com terceiros, desde que necessário** e/ou para cumprir com as finalidades informadas neste aviso.

Porém, caso seja necessário o compartilhamento, somente o faremos com terceiros em estrita conformidade com a LGPD, desde que garantida a segurança das informações.

Vejamos alguns casos:

I. Compartilhamento com autoridades

O Colégio poderá compartilhar dados pessoais com autoridades públicas, órgãos reguladores, órgãos educacionais, autoridades judiciais, administrativas ou policiais, sempre que necessário para cumprir obrigação legal ou regulatória, atender ordem de autoridade competente, exercer direitos ou colaborar com procedimentos oficiais.

Nesses casos, o compartilhamento será limitado aos dados estritamente necessários para atender à finalidade legal ou à solicitação recebida.

II. Compartilhamento com prestadores de serviço e parceiros comerciais

O Colégio Dom Aguirre poderá compartilhar dados pessoais com prestadores de serviços, operadores, parceiros educacionais, fornecedores de tecnologia, plataformas acadêmicas, sistemas de gestão escolar, estabelecimentos bancários, empresas de cobrança, meios de pagamento, serviços de hospedagem, segurança da informação, atendimento, comunicação e outros terceiros necessários à execução das atividades escolares.

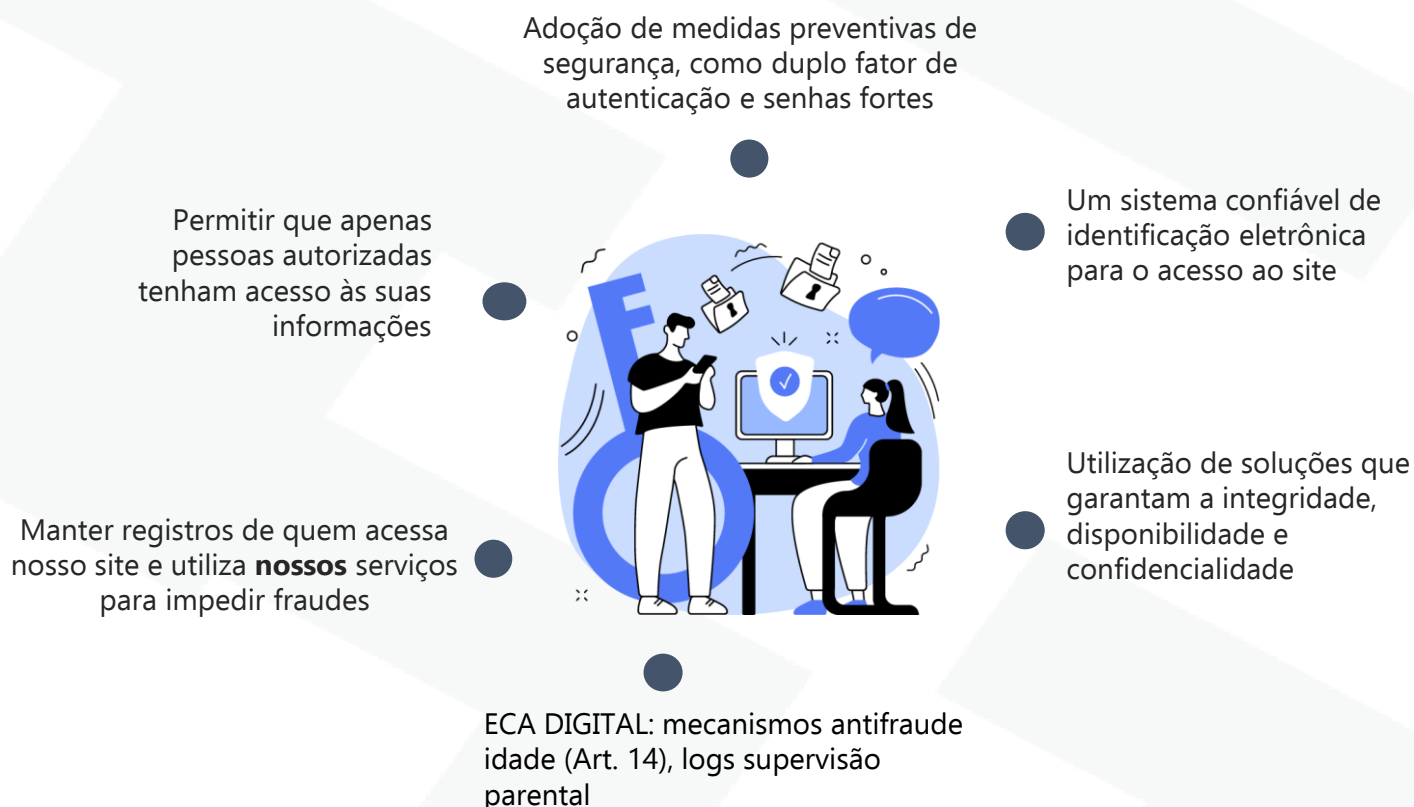
Esses terceiros deverão tratar os dados pessoais conforme as instruções do Colégio Dom Aguirre, quando atuarem como operadores, ou conforme suas próprias responsabilidades legais, quando atuarem como controladores independentes. Em qualquer hipótese, o compartilhamento observará a LGPD, contratos aplicáveis, medidas de segurança e a limitação ao mínimo necessário.

Quando utilizarmos ferramentas de análise de desempenho, estatísticas de acesso ou melhoria de nossos canais digitais, buscaremos utilizar dados agregados, anonimizados ou minimizados sempre que possível. Caso haja tratamento de dados pessoais, este será realizado de forma compatível com as finalidades informadas, com base legal adequada e com medidas de segurança proporcionais.

Alguns fornecedores de tecnologia, sistemas, hospedagem, suporte, armazenamento ou comunicação podem tratar ou armazenar dados pessoais fora do Brasil. Quando isso ocorrer, o Colégio adotará medidas para assegurar que a transferência internacional observe as hipóteses previstas na LGPD, incluindo garantias contratuais, medidas de segurança e limitação do compartilhamento ao necessário para a finalidade do tratamento.

8. Medidas de segurança

Saiba quais medidas de segurança utilizamos para que seus dados estejam seguros contra acesso e uso indevidos, fraudes, e outros ilícitos:



Lembre-se: você é o gestor da sua Privacidade e somente você decide quais informações compartilha conosco. Saiba que, apenas solicitamos dados pessoais por meio dos nossos canais oficiais, **NÃO OS COMPARTILHE** fora deles.

Em ocorrência de **identificação de riscos ou danos relevantes aos seus direitos, você será comunicado** o mais breve possível e o incidente será informado para a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) nos prazos legais. Neste caso, temos um plano de ação estratégico desenvolvido e treinado para mitigar riscos e prejuízos.

Caso identifique ou tome conhecimento de atividades que comprometam a segurança de seus dados pessoais, utilize imediatamente nosso canal cpd@fda.com.br, para que possamos agir com rapidez e eficiência



09. Alterações no aviso de privacidade

Este Aviso de Privacidade poderá ser atualizado a qualquer momento, em razão de alterações nas atividades de tratamento de dados pessoais, mudanças nos serviços prestados pelo Colégio, adequações regulatórias ou alterações na legislação aplicável.

A versão atualizada será disponibilizada nos canais oficiais do Colégio. Quando houver alterações relevantes que impactem os titulares de forma significativa, o Colégio poderá adotar medidas adicionais de comunicação, conforme o caso.

Data de publicação desse aviso: julho 2026

Atualização em: julho 2026

10. Glossário

Alguns termos de conhecimento geral podem ter outra conotação para os efeitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), gostaríamos de explicar previamente alguns termos técnicos:



- **ANPD** – sigla que identifica a Agência Nacional de Proteção de Dados, prevista na LGPD como a entidade responsável por: gerar regulação sobre proteção de dados, fiscalizar e aplicar as penalidades àqueles que descumprirem as normas legais e regulatórias de proteção de dados.
- **ECA DIGITAL** – Lei 15.211/25, direito das crianças e adolescentes
- **BASES LEGAIS** - são as hipóteses legais que autorizam o tratamento de seus dados pessoais: pode ser o seu consentimento, a necessidade de cumprir um contrato que temos com você ou o cumprimento de uma obrigação legal, por exemplo.
- **CONTROLADOR DE DADOS** – aquele que executa as etapas do processo de tratamento de dados, com poder de decisão sobre as informações pessoais pelas quais está responsável.
- **OPERADOR DE DADOS** – é um agente de tratamento de dados pessoais que atua sob instruções e ordens do controlador de dados.
- **DADOS PESSOAIS** - é qualquer informação relacionada a uma pessoa física que a identifique ou a torne identificável. Como por exemplo: RG, CPF, endereço. Mas também são considerados informações como hábitos de consumo, perfil comportamental, e outras semelhantes, quando relacionadas a uma pessoa física, permitindo que a identifique.
- **DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS** – são os dados pessoais que tem um potencial de dano, exposição e discriminação da pessoa a que se refira, como por exemplo: origem racial ou étnica, vida e orientação sexual, dados de saúde, dado genético, entre outros, sendo protegidos de forma específica pela LGPD.
- **DADO ANONIMIZADO** - dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- **DPO** – abreviação do termo em língua inglesa, significando *Data Protection Officer*, cuja tradução representa a figura do Encarregado de Proteção de Dados.
- **DPO AS A SERVICE** – termo de língua inglesa que significa a execução das atribuições e atividades do DPO por empresa ou pessoa física externa à organização.
- **ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS** – De acordo com a LGPD é “pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”.
- **PRINCÍPIOS** - Normas, regras ou preceitos de ação e condutas morais.
- **TITULAR** - é a pessoa física a quem um dado pessoal se refere, identificando-a ou tornando-a identificável.
- **TRATAMENTO DE DADOS** - é toda operação realizada com dados pessoais – da coleta ao descarte-incluindo o mero armazenamento.

11. FAQ

Ainda tem dúvidas relacionadas ao nosso Aviso de Privacidade? Trouxemos mais informações que podem te ajudar:

Como exercer os seus direitos enquanto Titular de Dados?

Você pode exercer os seus direitos e se manifestar por meio do nosso canal, destinado ao Titular de Dados: cpd@fda.com.br

As solicitações serão respondidas em até 15 dias.

Caso seja necessário informações complementares para que possamos responder sua solicitação, poderemos entrar em contato com você, assim atenderemos sua demanda de forma mais assertiva.



Como você será informado em caso de alterações deste Aviso de Privacidade?

O nosso Aviso de Privacidade poderá passar por atualizações, por isso orientamos que você visite, periodicamente, o site para que obtenha informação atualizada e transparente dessas alterações. Ressaltamos que, caso sejam necessárias mudanças substanciais e relevantes, publicaremos essa atualização e entraremos em contato com você para que tenha ciência dos novos termos.

Quem são os Agentes de Tratamento?

Segundo a LGPD, o tratamento dos dados pessoais pode ser realizado por dois agentes de tratamento, o controlador e o operador.

O **controlador** é definido pela Lei como a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

O **operador** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, como por exemplo, pessoas jurídicas diversas daquela representada pelo controlador, que exerçam atividade de tratamento de dados em seu nome.

No contexto deste Aviso, o Colégio Dom Aguirre atua, em regra, como controlador dos dados pessoais tratados em suas atividades educacionais e administrativas.

É necessário a coleta do consentimento para o tratamento de dados pessoais?

O consentimento é apenas uma das bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais. A depender do tipo de relação estabelecida entre nós, o tratamento de dados poderá estar respaldado em outras bases legais, como: execução de contrato, legítimo interesse, exercício regular de direitos, etc.

Como tratamos os dados de Criança e Adolescente?

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes pelo Colégio é realizado sempre em seu melhor interesse, observando a LGPD, a legislação educacional e as demais normas aplicáveis.

Os dados podem ser tratados para finalidades como matrícula, rematricula, gestão acadêmica, atendimento pedagógico, comunicação com responsáveis, segurança, inclusão, proteção da vida e da saúde, cumprimento de obrigações legais e exercício regular de direitos.

No caso de crianças, quando a base legal aplicável for o consentimento, este será solicitado de forma específica e em destaque de pelo menos um dos pais ou responsável legal.

O Colégio também busca limitar o tratamento ao mínimo necessário, adotar medidas de segurança adequadas e fornecer informações claras sobre o uso dos dados pessoais.

Dado Anonimizado e Dado Pseudononimizado, são a mesma coisa?

A **anonimização** é a possibilidade de converter dados pessoais em dados anonimizados. É caracterizada pela utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo. Ou seja, para que o dado seja considerado anonimizado, não deve ser possível, por meios técnicos e razoáveis disponíveis, a reidentificação do titular do dado.

Segundo art. 12 da LGPD, os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins da LGPD, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

Já no processo de **pseudononimização**, os dados pessoais são falsamente anonimizados, sendo possível, a qualquer momento e a partir de métodos conhecidos e disponíveis, que a empresa desfaça a anonimização e reidentifique o titular, em processo de reversão, como ocorre na criptografia e descriptografia.

Como descadastrar seu e-mail da nossa base?

O Titular poderá optar por não receber mais nossos e-mails, bastando solicitar através do endereço de e-mail: cpd@fda.com.br

Em qual situação nós não excluiremos seus dados?

Em algumas situações autorizadas pela LGPD poderemos manter seus dados em nossa base, são elas:

- cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD;
- uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro e, desde que, anonimizados os dados.

Como atuamos em casos de Incidente de Segurança?

Em caso de incidente de segurança com os seus dados pessoais que gerem riscos ou danos relevantes a você, nos comprometemos a informá-lo o mais breve possível com as medidas disponíveis para mitigar ou impedir que seus dados sejam utilizados indevidamente por terceiros ou criminosos.